



## **COMISSÃO PERMANENTE SOBRE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL**

**Foz do Iguaçu, Brasil  
10 de maio de 2005**

### **ATA**

Cerca de quinze parlamentares reuniram-se durante a III sessão de trabalho da Comissão Permanente sobre Saúde e Proteção Social da COPA.

Após cada participante ter sido apresentado, a presidência fez a leitura do documento de reflexão preparado para a abertura do debate sobre a questão dos sistemas de saúde pública no contexto das negociações comerciais internacionais.

A problemática exposta neste texto é a seguinte: a multiplicação dos acordos comerciais exerce crescentes pressões sobre os governos para a liberalização de muitos serviços, sendo vários deles vinculados a área da saúde. Nos países das Américas, assim como em outras regiões do mundo, a capacidade dos Estados de manter programas de saúde pública e regulamentar esta área pode ser comprometida pelas negociações atualmente em andamento na Organização Mundial do Comércio (OMC) ou na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e entre vários países para a conclusão de acordos multilaterais, regionais ou bilaterais. Baseado nisto, é importante que seja feita uma avaliação de tais negociações em relação ao acesso aos serviços de saúde e também à prestação dos mesmos, particularmente no que se refere às populações pobres que correm o risco de serem as mais afetadas pela liberalização desta área.

Os membros da Comissão ouviram, em seguida, a apresentação da Sra. Teresa Cyrus, professora do Departamento de Economia da Universidade de Dalhousie, Halifax, Canada. A Sra. Cyrus discursou sobre as incidências dos acordos comerciais na saúde da mulher e, mais particularmente, sobre o impacto do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) no Canadá. As conclusões dos estudos da Sra. Cyrus são preocupantes. Por exemplo, a mulher canadense, particularmente aquela cuja renda já é bastante modesta e aquela que trabalha no setor de serviços, corre o risco de sofrer as conseqüências das eventuais mudanças do sistema canadense de saúde. A Sra. Cyrus propõe principalmente que haja uma oposição à privatização dos serviços clínicos e hospitalares. Segundo ela, seria preocupante demais permitir a criação de clínicas privadas com fins lucrativos, já que desconhecemos se uma medida como esta colocaria todo o sistema canadense de saúde na mira dos acordos comerciais do Canadá.

Após a apresentação da conferencista, o debate foi então lançado. Os membros desta Comissão, ao relatarem a situação do sistema de saúde em seus respectivos Estados, destacaram a experiência da Argentina, de Cuba, do Equador, do México, de Quebec e de El Salvador.

Através desta discussão pôde se chegar a um consenso sobre a importância de que os sistemas de saúde pública nas Américas sejam protegidos, e a Comissão adotou a seguinte recomendação: